

GRAMÁTICA, HERMENÊUTICA E ENSINO

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)
luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

Este escrito discutirá a gramática a partir de orientações do pensamento filosófico, tendo como escopos os seguintes tópicos: realocação das discussões sobre sujeito, linguagem e realidade; recuperação da noção de normatividade apresentada por Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, com considerações de pressupostos filosófico-linguísticos de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur; e elaboração de proposta para o ensino da normatividade gramatical. Toda essa discussão tem um objetivo pedagógico prático, uma vez que faz parte de uma pesquisa dirigida à criação de material didático, que tem como intento final a criação de uma gramática dirigida para o ensino da língua portuguesa – nível fundamental. Serão apresentados tanto os pressupostos teóricos quanto alguns resultados práticos já alcançados. A pesquisa vem sendo desenvolvida na Universidade Federal do Tocantins, fazendo parte da equipe executora professores e alunos do programa de mestrado e doutorado em ensino de língua e literatura.

Palavras-chave:

Normatividade. Ensino de língua portuguesa. Ensino fundamental. Gramática.

1. Introdução

A normatividade se apresenta como um dos aspectos principais para o profícuo aprendizado da língua materna, tanto para a sua atividade criativa quanto para sua deiscência hermenêutica. Almejando essa discussão, o presente estudo ajusta a apreensão de umas das deiscências fundamentais do fazer simbólico – a abertura fecunda do símbolo em textos narrativos e textos discursivos; ou seja, por meio do estudo das duas principais formas de enunciação - a narrativa e a discursiva, desejamos favorecer a apreensão da vertente hermenêutica e gramatical do ensino de língua portuguesa, sendo que o nosso principal referencial está calcado na obra de três grandes hermeneutas: Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur.

2. Desenvolvimento

Iniciemos o ajuste, proposto acima, como uma consideração básica de Hans-Georg Gadamer (2007, p.68): “cada língua é uma autointerpretação da vida humana” – cada língua é uma abertura, posto que cada

interpretação, cada palavra, pode ser compreendida como deiscência do mundo, como abertura para o outro.

Outro excerto do autor confirma essa deiscência (*idem*, p. 70):

À sua maneira, o pensamento também tem de procurar incessantemente pela palavra que nos exprime dessa forma e cada um certamente sempre precisará, segundo a sua própria língua materna, medir a abertura do mundo a partir da qual a palavra certa chega para ele, a palavra na qual aquilo que é visado se descortina – qualquer que seja a linguagem conceitual em que isso aconteça.

E, para sermos fenomenológicos, nada de fato é usado como mero instrumento (*idem*, p. 70); tudo que tem sentido, em termos linguísticos, possibilita desocultamentos, e o mundo, de fato, “munda”, como diria o próprio Martin Heidegger.

A palavra se torna, então, um “lugar de relações” (COQUET, 2013, p. 183), pois toda vez que a palavra brota, seguramente, são produzidos certos fenômenos psicológicos. Segundo Paul Valéry, citado por Jean-Claude Coquet (*idem*, p. 183), “todas as vezes que ela se representa, alguns fenômenos psicológicos constantes se representam (outros além dos suscitados pela física da palavra)”. Ainda segundo Paul Valéry, na mesma citação feita por Jean-Claude Coquet, a palavra é “tudo o que introduzido no conhecimento se aglutina às coisas conhecidas”. A palavra é, então, para esses autores, um tipo de invariante psíquica, donde sua lógica, donde sua normatividade.

Estudar a linguagem verbal, para a filosofia da linguagem, segundo a Hermenêutica, implica necessariamente em estudar a lógica, não a clássica ou a formal, mas a lógica enquanto procedimento elementar do fazer hermenêutico, ou seja, enquanto procedimento constitutivo do compreender e do enunciar.

Esse entendimento nos leva a compreender a lógica como a capacidade humana de simbolizar. O já famoso dito aristotélico – “o homem é um animal racional” pode ser traduzido, almejando sentidos mais precisos, da seguinte forma: “dentre os animais, somente o homem tem o *lógos* (o símbolo)”. Ora, *lógos* é ‘pensamento’, ‘palavra’, ‘texto’, ‘frase’, ‘discurso’, ‘narrativa’, em suma ‘símbolo’; por conseguinte, somente o homem é intencionalmente simbólico.

Apenas o homem, dessa forma, joga com símbolos e almeja futuros festivos. Assim, jogos, símbolos e festas se constituem a base da experiência antropológica humana, o que Hans-Georg Gadamer deixou bem claro em sua obra que aborda o bem (1985); principalmente, no caso

da experiência hermenêutica, na técnica de compreender e interpretar, é que essa tríplice feição da experiência humana se destaca como fundamento hiante, isto é, como substrato deiscente.

Ora, a hermenêutica é a técnica de Hermes, a técnica de anunciar o que foi compreendido, o que, segundo Paul Ricoeur e Hans-Georg Gadamer, constitui-se como processo elementar de qualquer experiência linguística criativa; de fato, para esses autores, como já foi dito em relação à Hans-Georg Gadamer, a base antropológica da experiência está calcada em três procedimentos: o jogo, o símbolo e a festa (para Hans-Georg Gadamer), o que corresponde, para Ricoeur, segundo nosso ponto de vista, em *Tempo e Narrativa* (primeiro livro), ao tríplice presente de Agostinho. O jogo é o presente do presente, pois implica a atenção; já o símbolo se refere ao presente do passado, implicando a memória; enquanto que a festa se dirige ao presente do futuro, implicando a expectativa.

Essas três porções da experiência são responsáveis pelas verdadeiras deiscências (aberturas) da cognição - lógica por excelência. E essas três porções exigem, para se constituírem como fundamento da experiência humana, a normatividade como constructo linguístico.

De fato, a lógica, a matemática e a gramática estão calcadas na normatividade; dela precisando para serem ensinadas. São, destarte, normativas em todos os seus aspectos pedagógicos; o que traduz a necessidade do jogo, do símbolo e da festa como base para todas as três. Nesse ponto do trabalho, o referencial teórico deste trabalho parte do segundo Ludwig Joseph Johann Wittgenstein.

Em Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, a normatividade é concebida como trilhos, sendo que o seguinte excerto de Giovane Rodrigues ajudará o leitor a compreender o que vimos dizendo:

Mas o que significa dizer que “a gramática é normativa”? Antes de qualquer coisa, será útil descartar uma possível interpretação dessa afirmação. Alguém poderia dizer: ela é uma tese a respeito da lógica de nossa linguagem. Bem, aquela afirmação é muito menos que uma tese. Aqui se diz apenas que a gramática (tanto quanto a lógica e, nesse caso, tanto quanto a matemática) consiste em regras. Ou normas. E essa trivialidade é o que nos permite dizer: a lógica é feita de normas, por isso ela é normativa (por isso ela *normatiza*; ou ainda: a lógica consiste em regras, por isso ela regula). Isso são tautologias, afirmações vazias, já que dizer “esta proposição tem função normativa” é, a partir do que foi dito, o mesmo que dizer “esta proposição tem função lógica (ou gramatical)”. Dito de outra maneira: ela não nos diz (nem pretende dizer) nada a respeito da natureza da lógica. Apenas a coloca em relação com mais um conceito (o de “normatividade”). (RODRIGUES, 2013, pp. 138 e 139)

A normatividade é, então, imprescindível; e, retornando à deiscência citada na introdução deste texto, a normatividade se apresenta na dupla acepção da enunciação, em sua vertente discursiva e em sua ver-

tente narrativa.

No discurso, jogo, símbolo e festa se impigem, hermenêuticamente, de modo mais retórico, em função da perenidade do presente. Dessa forma, o desocultamento do ato linguístico procura verdades presentes, que se constituem como soma de relações humanas (Nietzsche).

Na narrativa, jogo, símbolo e festa se impigem, hermenêuticamente, de modo mais lúdico, ou expressivo, em função do tríplice presente (presente do presente, presente do passado e presente do futuro). Desse modo, o desocultamento do ato linguístico procura verdades líricas ou miméticas, que se constituem como multiplicações de relações humanas.

Para muitos linguistas, a frase não deve ser considerada como estrutura, mas como operação; assim, somas e multiplicações de sentido serão verdadeiramente desocultamentos de verdades, tanto retóricos quanto líricos e miméticos, e o esquecimento, sua antítese, constitui-se como princípio ou substrato da inércia linguística cognitiva.

O contrário, a energia linguística cognitiva, constitui-se a partir de inferências (intuitivas, perceptivas e cognitivas), que devem ser realizadas e aprendidas para a possibilidade de formação do indivíduo lógico, já que são empregadas tanto no aprendizado linguístico quanto matemático. O que é básico, igualmente, para a formação do caráter científico, formado pelas capacidades de induzir, dialetizar e criar – operadores que asseguram o conjunto de avanços do conhecimento benfazejo e profícuo.

Voltemos ao conceito de ‘operação’. Para Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, as operações são passagens, numa série formal, de um termo ao seguinte, segundo uma norma. Assim, a operação linguística se instaura normativamente; e, se considerarmos o que dissemos acima, a instauração se dará em símbolos, atenções e expectativas de duas formas: a do presente contínuo e a do triplo presente, o que resultará em festas, ou folias, metonímicas de um lado ou metafóricas de outro.

Expliquemos: o discurso calcado na metonímia se funda como deslocamento do presente (o presente se desloca para frente e para trás, criando a sua eternidade); já no discurso acalcanhado na metáfora, a experiência primordial é a da condensação – passado, presente e futuro se condensam expressivamente (de modo lúdico), metamorfoseando o símbolo em metáfora. E a metáfora, dessa forma, deixa o simbólico no passado e aponta para a folia do futuro – folia que se constitui coletivamente a partir da atenção e da compreensão do presente e da espera e da expec-

tativa do futuro.

Um pequeno excerto de Martin Heidegger pode nos ajudar a pensar um pouco mais no tempo (HEIDEGGER, *O conceito de tempo*, 2004, p. 123, *apud* PUENTE, 2010, p. 56):

Qual condição se relaciona com o fato de o ser-aí humano já ter-se provido de um relógio antes de todo relógio e de todo relógio solar? Disponho eu do ser do tempo e me considero a mim mesmo com o agora? Sou eu mesmo o agora e meu ser-aí o tempo? Ou, por fim, é o tempo mesmo que provê o relógio em nós?

O filósofo, pouco depois, no mesmo livro responde (*idem*, p. 56 e 57):

Resumindo, pode-se dizer: tempo é ser-aí. Ser-aí é meu ser-a-cada-momento, e ele pode ser o ser-a-cada-momento no futuro, no antecipar para um passar consciente, mas indeterminado. O ser-aí está sempre em um modo se seu possível ser temporal. O ser-aí é o tempo, o tempo é temporal. O ser-aí não é o tempo, mas a temporalidade. O enunciado fundamental: *o tempo é temporal*, é, por isso, a mais autêntica determinação – e ele não é uma tautologia, porque o ser da temporalidade significa uma realidade desigual. O ser-aí é seu passado, é sua possibilidade no antecipar-se para esse passar. Nesse antecipar eu sou autenticamente o tempo, eu tenho tempo. Na medida em que o tempo é a cada vez meu, há muitos tempos. O tempo é sem sentido; tempo é temporal.

Dessas palavras de Martin Heidegger podemos tirar muita coisa; no presente momento, o que mais nos importa é a consideração de que “o ser da temporalidade significa uma realidade desigual”. Donde decorre que o ser, ou sujeito, linguístico, por ser temporal, também significa uma realidade desigual – uma realidade da indiferença, com o que Lévinas concorda:

Eis que surge, na vida vivida pelo humano, o é aí que, a falar com propriedade, o humano começa, pura eventualidade, mas desde logo eventualidade pura e santa – do devotar-se ao outro. Na economia geral do ser e da sua tensão sobre si, eis que surge uma preocupação pelo outro até o sacrifício, até a possibilidade de morrer por ele: uma responsabilidade por outrem. De modo diferente que ser! É essa ruptura da indiferença – indiferença que pode ser estatisticamente dominante – a possibilidade de um-para-o-outro, um para o outro, que é o acontecimento ético. Na existência humana que interrompe e supera seu esforço de ser – seu *conatus essendi* espinosista – a vocação de um existir-para-outrem mais forte que a ameaça da morte: a aventura existencial do próximo importa ao eu antes que a sua própria, colocando o eu diretamente como responsável pelo ser de outrem.

O dizer ético é, destarte, dupla realidade da indiferença: indiferença çã inicialmente no nível linguístico ou semiótico (‘A’ é igual a ‘B’); de-

pois, no nível da ruptura, ou seja, no nível antropológico ou ético.

Daí, podemos afirmar que o acontecimento linguístico maduro e profícuo, discursivo ou narrativo, almeja realmente o ético (só é autêntico, o acontecimento linguístico minimamente ético – aquele que alcança a compreensão hermenêutica).

Para abordarmos a compreensão, buscaremos ajuda em Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (*Gramática Filosófica*, parte I, seção I, § 9, *apud* TRANJAN, 2015, p. 58):

Parece-nos como se, ao compreender uma ordem, nós acrescentássemos algo a ela, algo que preenche o espaço entre a ordem e a execução. [...] De maneira que, se alguém dissesse “mas você compreende a ordem, portanto ela não está incompleta”, nós pudéssemos responder: “Sim, mas eu a compreendo somente porque acrescentei algo a ela: vale dizer, sua interpretação”.

Compreender implica interpretar, e vice-versa. Compreender é fazer rupturas, é romper, ou irromper, na indiferença. Compreender um enunciado, discursivo ou narrativo, implica conhecer a norma, para daí fazer rupturas.

3. Conclusão

Neste texto, a normatividade é compreendida e interpretada como o único ponto de partida para o ensino de língua portuguesa para as séries iniciais (ao lado da atividade ostensiva – que, na realidade, é seu substrato), sendo que o objetivo maior desse ensino é a aprendizagem ética e fenomenológica do interpretar, tanto em sua versão passiva – a leitura, quanto em sua versão ativa e criativa – a escritura. Dessa forma, existe toda uma discussão teórica, complexa e profícuo, que deve ser feita, para que o ensino da língua seja ético e, deveras, hermenêutico.

Quanto às implicações práticas dessas considerações, é importante pensar na aquisição da linguagem, tanto oral quanto escrita, pelas crianças em atividade escolar; para que a escola não seja um mero reproduzidor de conhecimentos, uma peça na engrenagem que reproduz um sistema cansado e nada criativo.

Dessa forma, o material pedagógico que vem sendo proposto, apresenta a normatividade a partir do jogo da linguagem literária, com ilustrações, palavras e desenhos; e o desejo é que, tendo como ponto de partida o lúdico, sejam estabelecidos ires e vires prazerosos, em que as atenções de professores e alunos naveguem pelos símbolos como verda-

deiras aberturas, como deiscências que criem expectativas.

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira

Chalimi: a menina que sonhava
com gatos e com verbos

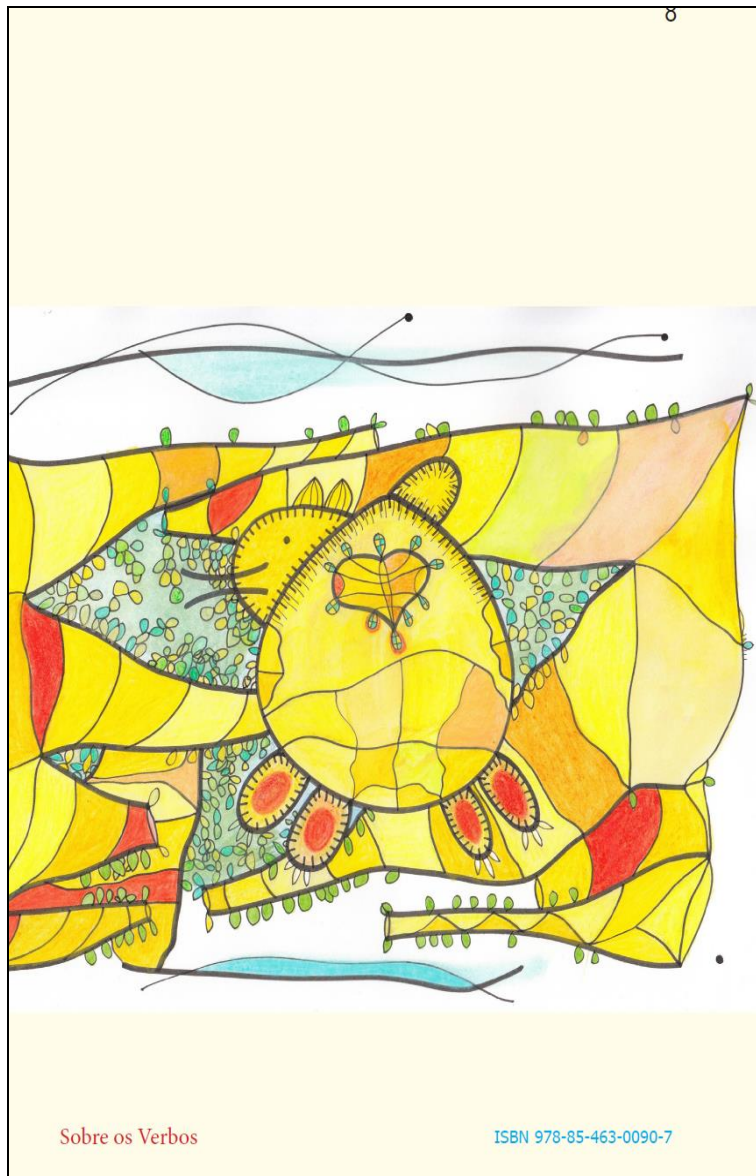


Interativo.
Click nas palavras em vermelho.

ideia

The illustration depicts a girl named Chalimi with a large, round, pinkish-red face. She has a white, cat-like face on the left side of her head, with black whiskers and a black eye. A red heart is on her chest. She has yellow, cat-like ears and feet. The background is white, and the entire illustration is framed by a thick orange border.

(Material pedagógico já criado)



Sobre os Verbos

ISBN 978-85-463-0090-7

Tanto sonhou, tanto sonhou, que transformou sonhos em devaneios.

Transformou os gatos dos sonhos em companheiros, atentos e presentes.

Ah! E que sempre a ouviam.

E seus sonhos, de palavras lembradas, transformavam-se sempre em palavras ditas, pois a menina passou a conversar, quando acordada, com seus sonhos; e, principalmente, com um dos gatos com que sonhava sempre, até que o transformou num amigo sempre presente.

O nome do gato era Pingo.

E as árvores, com as quais também sonhava, eram mais conformadas do que os gatos, pois ficavam quietas, servindo de paisagem ou de suporte para os sonhos (quase sempre!).

Mas... as árvores ficarão para outra história.

Uma coisa deve ser dita: elas eram, para a menina, verdadeiros números, pois lembravam a matemática, organizando o que a menina aprendia na forma de números, contas e funções mais complexas.

As árvores tinham galhos, folhas, formigas e muito mais, que a menina contava e recontava, matematicamente; compondo assim o seu mundinho.

Ver os verbos 3

Sobre os Verbos

ISBN 978-85-463-0090-7

Retorna ao Texto 3

- **sonhou:** 3ª pessoa do singular do Pretérito Perfeito do verbo sonhar.

Conjugação:

Eu sonhei
Tu sonhaste
Ele sonhou
Nós sonhamos
Vós sonhastes
Eles sonharam

O Pretérito aqui é perfeito, pois indica uma ação que já acabou.

- **transformou:** 3ª pessoa do singular do Pretérito Perfeito do verbo transformar.

Conjugação:

Eu transformei
Tu transformaste
Ele transformou
Nós transformamos
Vós transformastes
Eles transformaram

- **ouviam:** 3ª pessoa do plural do Pretérito Imperfeito do verbo ouvir.

Conjugação:

Eu ouvia
Tu ouvias
Ele ouvia
Nós ouvíamos
Vós ouvíeis
Eles ouviam

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- CASSIRER, Ernest. *A filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: FCE, 1971.
- COQUET, Jean-Claude. *A Busca do Sentido*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em retrospectiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. *A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método I*. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signes*. Paris: Gallimard, 1960.
- PRADO, Lúcio Lourenço. *Filosofia da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 2012.
- PUENTE, Fernando Rey. *O tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RODRIGUES, Giovane. “Normatividade e determinação nas Investigações Filosóficas”. In *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*. Brasília, nº 1, ano 1, 2013.
- SILVA, Franklin Leopoldo. *O outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- TRANJAN, Tiago. *Demonstração e interpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- WITTGENSTEIN, Ludwig Joseph Johann. *Investigações Filosóficas*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1975.
- _____. *Tratado Lógico Filosófico*. São Paulo: Edusp, 1993.